

STJ00096830

CURT TRENNEPOHL
TERENCE TRENNEPOHL

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

5ª edição



Niterói, RJ
2013



Editora Impetus Ltda.

Rua Alexandre Moura, 51 – Gragoatá – Niterói – RJ

CEP: 24210-200 – Telefax: (21) 2621-7007

Projeto Gráfico: Editora Impetus Ltda.

Editoração Eletrônica: SBNigri Artes e Textos Ltda.

Capa: Wilson Cotrim

Revisão de Português: C&C Criações e Textos Ltda.

Impressão e encadernação: Editora e Gráfica Vozes Ltda.

T728L

Trennepohl, Curt.

Licenciamento ambiental / Curt Trennepohl,
Terence Trennepohl. – 5ª ed. – Niterói: Impetus, 2013.

584 p.; 16 x 23 cm.

ISBN: 978-85-7626-706-5

1. Direito ambiental – Brasil. 2. Licenças ambientais
– Brasil. I. Trennepohl, Terence Dornnelles. II. Título.

CDD: 344.81046

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução, salvo pequenos trechos, mencionando-se a fonte. A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime (art. 184 do Código Penal). Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme Decreto nº 1.825, de 20/12/1907.

O autor é seu professor; respeite-o; não faça cópia ilegal.

A **Editora Impetus** informa que quaisquer vícios do produto concernentes aos conceitos doutrinários, às concepções ideológicas, às referências, à originalidade e à atualização da obra são de total responsabilidade do autor/atualizador.

SUMÁRIO

Capítulo 1 – O Homem e Sua Relação Com o Meio Ambiente	1
1.1. A percepção do problema e a busca das soluções	5
1.2. As normas de proteção dos recursos naturais	9
1.3. Os instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente	15
Capítulo 2 – O Processo de Licenciamento	21
Capítulo 3 – Licenças Ambientais.....	33
3.1. Conceito	33
3.2. Tipos de licenças ambientais.....	36
3.3. Definição de competências para licenciar.....	37
3.4. Prazos para o licenciamento e sua validade.....	40
3.5. A anuência para o licenciamento	42
Capítulo 4 – Os Estudos Ambientais Para o Licenciamento.....	45
4.1. Introdução.....	45
4.2. Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (Rima).....	46
4.3. Estudos ambientais simplificados ou específicos.....	52
4.4. Regularização ambiental de obras de infraestrutura.....	54
4.5. Portaria MMA nº 421/2011 – Linhas de transmissão de energia elétrica	55
4.6. Portaria MMA nº 422/2011 – Exploração e produção de petróleo e gás	56
4.7. Portaria Interministerial nº 423/2011 – Programa de Rodovias Federais Ambientalmente Sustentáveis – PROFAS.....	57
4.8. Portaria MMA nº 420/2011 – Regularização ambiental de rodovias federais.....	58

4.9. Portaria Interministerial nº 425/2011 – Programa de Regularização de Portos.....	58
4.10. Plano de Recuperação de Área Degradada – PRAD.....	59
4.11. Análise de risco e programas de monitoramento	60
4.12. Processo de licenciamento ambiental.....	60
Capítulo 5 – Licenças e Registros.....	63
5.1. Introdução.....	63
5.2. Atividades cujo registro ou licenciamento ambiental são obrigatórios.....	63
5.3. Atividades cujo licenciamento depende da apresentação de estudos ambientais prévios.....	69
5.4. Atividades e instrumentos de defesa ambiental.....	71
5.5. Atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais.....	72
5.6. Órgãos ambientais nos Estados.....	75
Capítulo 6 – Atividades Relacionadas à Flora.....	85
6.1. Previsões legais.....	85
6.2. Plano de Manejo Florestal Sustentável – PMFS	97
6.3. Desmatamento para uso alternativo do solo	105
6.4. Supressão de vegetação para outras atividades.....	117
6.5. Supressão de vegetação em função de risco	120
6.6. Corte de árvores plantadas.....	122
6.7. Reposição florestal e plano integrado florestal	127
6.7.1. Reposição florestal obrigatória.....	127
6.7.2. Plano de suprimento sustentável.....	130
6.8. Supressão de vegetação através do uso de fogo.....	133
6.9. Utilização de produtos florestais	138
6.9.1. Autorização para o transporte de produtos florestais.....	138
6.9.2. Documento de Origem Florestal – DOF.....	142
6.10. Comercialização de produtos florestais.....	145
6.11. Exportação de produtos florestais	145
6.12. Fabricação de carvão.....	147

6.13. Transformação de madeira.....	148
6.14. Uso e comércio de motosserras.....	149
6.15. O combate aos desmatamentos ilegais na Amazônia.....	150

Capítulo 7 – Atividades Relacionadas à Fauna 153

7.1. Conceitos	153
7.2. Fauna ameaçada de extinção e listas Cites.....	158
7.3. Criadouros de fauna.....	159
7.3.1. Criadouros para fins comerciais e industriais.....	159
7.3.2. Comerciante de animais vivos, abatidos, partes e produtos	161
7.3.3. Jardins zoológicos.....	163
7.3.4. Criadores amadoristas de passeriformes da fauna silvestre brasileira.....	165
7.4. Marcação e identificação de animais.....	173
7.5. Animais de estimação	174
7.5.1. Consulta Pública para inclusão de espécies	175
7.6. Coleta de material zoológico.....	176
7.7. Anilhamento de aves	177
7.8. Circos ou outras formas de utilização de animais	179

Capítulo 8 – Atividades Relacionadas aos Recursos Hídricos..... 181

8.1. Introdução.....	181
8.2. Outorga de direito de uso dos recursos hídricos	184
8.3. Licenciamento de empreendimentos de irrigação.....	186
8.4. Licenciamento ambiental simplificado de empreendimentos elétricos com pequeno potencial de impacto ambiental.....	188
8.5. Outorga de recursos hídricos para implantação de barragens.....	192
8.6. Dragagem e alijamento de materiais em águas jurisdicionais brasileiras.....	193

Capítulo 9 – Atividades Relacionadas à Pesca 197

9.1. Conceito	197
9.2. Proibição de pesca.....	200
9.3. Pesca com estruturas fixas.....	201
9.4. Peixes ornamentais	202
9.5. Aquicultura	203

9.6. Carcinicultura	206
9.6.1. Carcinicultura em unidades de conservação.....	211
9.7. Exploração de algas.....	213
Capítulo 10 – Patrimônio Genético	215
10.1. Introdução.....	215
10.2. Convenção sobre Diversidade Biológica	216
10.3. Regulamentação da Convenção	217
10.4. Conhecimento tradicional associado.....	218
10.5. Deliberações do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético – CGPG.....	219
10.5.1. Solicitações de acesso ao conhecimento tradicional associado.....	219
10.5.2. Anuência prévia junto a comunidades indígenas e locais	219
10.5.3. Contratos de utilização do patrimônio genético e de repartição de benefícios	220
10.5.4. Acesso a componente genético com finalidade de bioprospecção ou desenvolvimento tecnológico	220
10.5.5. Fiéis depositários de amostras	221
10.5.6. Remessa de amostras de componentes do patrimônio genético	221
10.5.7. Transporte de amostras de componentes do patrimônio genético	222
10.6. Licença ambiental para coleta, transporte e armazenamento de espécimes.....	222
Capítulo 11 – Organismos Geneticamente Modificados – OGM.....	225
11.1. Previsão legal.....	225
11.2. Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio.....	227
11.3. Licenciamento ambiental de OGMs.....	228
11.4. Diretrizes para elaboração de estudos ambientais para OGM	228
11.5. Termo de Referência do IBAMA.....	233
11.6. Registro no Cadastro Técnico Federal.....	238
11.7. Glossário	239
11.7.1. Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005	239
11.7.2. Resolução Conama nº 305, de 12 de junho de 2002	240
Capítulo 12 – Defensivos Agrícolas e Outros Produtos de Controle de Pragas	243
12.1. Legislação de regência	243

12.2. Regulamentação da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989.....	245
12.3. Registros de produtos.....	246
12.4. Registro de pessoas físicas ou jurídicas que comercializam os produtos.....	247
12.5. Prestadores de serviço	248
12.6. Devolução de embalagens vazias	248
12.7. Controle de pragas através de agentes biológicos.....	249
Capítulo 13 – Dispersantes Químicos	251
Capítulo 14 – Meio Ambiente Urbano	255
14.1. O Estatuto das Cidades	255
14.2. Estudo de Impacto de vizinhança.....	256
14.3. Principais atividades sujeitas ao licenciamento ambiental.....	257
14.3.1. Disposição de lixo	258
14.3.2. Captação de água subterrânea	263
14.3.3. Postos de combustível.....	264
14.3.4. Parcelamento do solo	266
14.3.5. Instalações industriais.....	269
Capítulo 15 – Projetos de Assentamento de Reforma Agrária.....	273
15.1. Licenciamento de assentamentos rurais	273
15.2. Assentamento em áreas com passivo ambiental preexistente.....	276
Capítulo 16 – Compensação Ambiental.....	277
16.1. Compensação por significativo impacto ambiental	277
16.2. Participação dos municípios nos recursos da compensação	279
Capítulo 17 – O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.....	281
Capítulo 18 – Lei Complementar nº 140, de 08 de dezembro de 2011.....	285
Capítulo 19 – Jurisprudência dos Tribunais sobre Licenciamento Ambiental.....	297
19.1. Supremo Tribunal Federal	300
19.1.1. Conflito de competência.....	300
19.2. Superior tribunal de justiça.....	300

19.2.1. Ministério Público. Interesse de agir	300
19.2.2. Competência supletiva.....	301
19.2.3. Interesse da União (Aneel)	302
19.2.4. Interesse da União (IBAMA).....	304
19.2.5. Suspensão do procedimento de licenciamento.....	305
19.2.6. Exploração de minério em margem de curso d'água	306
19.2.7. Empreendimento que afeta o mar territorial	310
19.2.8. Embargo de empreendimento.....	311
19.2.9. Licenciamento de órgão ambiental competente	312
19.2.10. Licenciamento ambiental obrigatório.....	313
19.2.11. Loteamento sem licenciamento ambiental.....	313
19.2.12. Contraditório e ampla defesa.....	314
19.2.13. Competência federal	316
19.2.14. Direito de construir.....	317
19.3. Tribunais Regionais Federais.....	318
19.3.1. Competência material remanescente.....	318
19.3.2. Assentamento para Reforma Agrária	320
19.3.3. TCFA – Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental	321
19.3.4. Princípio da precaução.....	322
19.3.5. Usina hidrelétrica de impacto local.....	323
19.3.6. Competência supletiva.....	324
19.3.7. Competência supletiva.....	324
19.3.8. Construção nas margens de Rio Federal.....	325
19.3.9. Organismos geneticamente modificados – OGMS.....	326
19.3.10. Discricionariedade para exigir o EIA/Rima	345
19.3.11. Impacto sobre Parque Nacional	346
19.3.12. EIA/Rima. Casos de obrigatoriedade.....	348
19.3.13. Licenciamento simplificado.....	348
19.3.14. Licenciamento em zona costeira.....	349
19.3.15. Extração de areia em área de preservação ambiental.....	350
19.3.16. Terras indígenas ou bens de domínio da União	350
19.3.17. Princípio da precaução.....	351
19.3.18. Princípio da precaução.....	352
19.3.19. Princípio da precaução.....	355
19.3.20. Ausência de licença ambiental.....	356
19.3.21. Impacto socioambiental	357
19.3.22. Desenvolvimento sustentável	357
19.3.23. Licenciamento de obras distintas.....	360
19.3.24. Licenciamento ambiental e multa administrativa.....	360
19.3.25. Legalidade de auto de infração.....	361

19.3.26. Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental – TCFA.....	361
19.3.27. Competência privativa para licenciar	363
19.3.28. Licenciamento ambiental integrado.....	364
19.3.29. Discricionariedade administrativa.....	366
19.3.30. Cancelamento de licença ambiental	366
19.3.31. Empresa de gêneros agrícolas	367
19.3.32. Omissão do órgão ambiental	368
19.3.33. Organismos geneticamente modificados – OGMs	370
19.3.34. Constitucionalidade da Resolução Conama nº 237/97	375
19.3.35. Atuação supletiva	376
19.3.36. Licenciamento de atividade de carcinicultura.....	376
19.3.37. Licenciamento em terreno de marinha.....	377
19.3.38. Supressão de vegetação de Mata Atlântica.....	378
19.3.39. Constitucionalidade da Resolução Conama nº 237/97	378
19.3.40. Disposição indevida de resíduos industriais.....	379
19.3.41. Dano ambiental presumido.....	380
19.3.42. Nulidade de licença ambiental.....	380
19.3.43. Extração de minerais da Classe II	381
19.3.44. Aterro sanitário	381
19.3.45. Competência estadual	382
19.3.46. Interesse público	383
19.3.47. Princípios da proteção, precaução e cautela.....	384
19.3.48. Interesse nacional ou regional.....	384
19.3.49. Medidas acautelatórias	385
19.3.50. Suspensão de atividade de carcinicultura.....	387
19.3.51. Licenciamento em terras indígenas.....	393
19.3.52. Carcinicultura em zona costeira.....	395
19.3.53. Ocupação de praia.....	396
19.3.54. Rodovia. Construção sem licença ambiental	397
19.3.55. Carcinicultura. Necessidade de EIA/Rima.....	398
19.3.56. Licenciamento em área urbana	400
19.3.57. Manguezal.....	400
19.3.58. Competência para licenciamento ambiental	401
19.3.59. Manguezal.....	402
19.3.60. Extração de areia em leito de rio	403
19.3.61. Construção de estrada de rodagem	404
19.3.62. Loteamento em área de preservação permanente.....	405
19.3.63. Estudo de viabilidade ambiental	406
19.3.64. Competência para o licenciamento.....	406

Capítulo 20 – As Novas Regras para o Licenciamento	409
20.1. Lei Complementar nº 140, de 08 de dezembro de 2011.....	409
20.2. Portaria Interministerial nº 419, de 26 de outubro de 2011.	420
20.3. Portaria Interministerial nº 423, de 26 de Outubro de 2011.....	453
20.4. Portaria Mma nº 420, de 26 de outubro de 2011.....	459
20.5. Portaria Mma nº 421, de 26 de outubro de 2011.....	478
20.6. Portaria Mma nº 422, de 26 de outubro de 2011.....	534
20.7. Portaria Interministerial Mma/Sep/Pr nº 425, de 26 de outubro de 2011.....	551
Referências	555